

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Maria e as Marias nos cárceres: o discurso da Pastoral Carcerária endereçado às mulheres

Gabriela Serena Fagundes, Eric Duarte Ferreira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15114>

Submetido em: 2026-02-13

Postado em: 2026-03-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**MARIA E AS MARIAS NOS CÁRCERES:
o discurso da Pastoral Carcerária endereçado às mulheres
MARIA AND THE MANY MARIAS IN PRISON: the Prison Pastoral's discourse
addressed to women**

Gabriela Serena Fagundes

Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS); <https://orcid.org/0000-0003-1799-9247>.

Eric Duarte Ferreira

Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS); <https://orcid.org/0000-0003-1324-6547>

RESUMO: Neste artigo, analisamos como a atuação da Pastoral Carcerária (PCr) junto a mulheres presas contribui para a construção de uma subjetividade feminina marcada pela aceitação do sofrimento como expressão de amor obediente que conduz à salvação. A pesquisa fundamenta-se na análise de Sequências Discursivas coletadas durante visitas da PCr ao Presídio Regional de Chapecó, em 2018, e no livro *Maria e as Marias nos Cárceres: mulher atrás das grades* (2018), utilizado pela instituição. Observa-se que este discurso apresenta as presas como mulheres sofredoras porque impedidas de exercer plenamente seu papel familiar. Neste contexto, o sofrimento e a devoção são propostos como caminhos para a "humanização", concebida como promessa de salvação espiritual. A figura de Maria opera como modelo de conduta: submissa, maternal, sofredora e redentora. Concluímos que a possibilidade de redenção das mulheres presas está na reafirmação de papéis familiares como formas de acesso à dignidade e à vida eterna.

Palavras-chave: Discurso da Pastoral Carcerária. Mulheres aprisionadas. Modelo mariano de conduta. Poder pastoral.

ABSTRACT: This article examines how the actions of the *Pastoral Carcerária* (Catholic Prison Ministry, PCr) directed at incarcerated women contribute to the construction of a gendered subjectivity shaped by the acceptance of suffering as an expression of obedient love and a pathway to salvation. The analysis draws on discursive sequences collected during PCr visits to the Regional Prison of Chapecó in 2018, as well as on the

book *Maria e as Marias nos Cárceres: mulher atrás das grades* (2018), distributed and used by the institution. The discourse constructs female inmates as suffering subjects, whose incarceration prevents them from fulfilling their expected familial roles. Within this framework, suffering and devotion are offered as means of “humanization,” understood primarily as a spiritual promise. The figure of Mary emerges as a moral exemplar: submissive, maternal, suffering, and redemptive. The article concludes that redemption for incarcerated women is framed through the reaffirmation of traditional family roles as a route to both dignity and eternal life.

Keywords: Christian discourse Catholic Prison Ministry. Incarcerated women. Marian model of conduct. Pastoral power.

1 Introdução

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de mestrado em Estudos Linguísticos, concluída em 2019¹. Durante a elaboração da dissertação buscamos compreender como o discurso cristão circulava no contexto prisional de Chapecó-SC. O trabalho demonstrou condições de exceção política no discurso cristão, em que discursividades que fazem referência direta ou indireta à figura da Virgem Maria são mobilizadas como referência de conduta para as mulheres presas.

Nossa abordagem de pesquisa foi elaborada através da arqueogenealogia de Foucault, que, como sugere Revel (2004), pode ser entendida como um “jornalismo filosófico”. Ou seja, busca problematizar os modos de produção da verdade no presente, com base em práticas discursivas históricas. Ao analisar este recorte, buscamos compreender como o discurso da PCr mobiliza imagens sobre as mulheres presas para abrir reflexões sobre diferentes aspectos tanto político-sociais quanto teóricos acerca da constituição das subjetividades modernas.

Interpelar mulheres presas a partir do discurso cristão faz emergir desdobramentos que extrapolam o contexto prisional, articulando-se a questões que fundamentam a sociedade contemporânea. Embora este artigo não aborde essas

¹ A dissertação, intitulada “Nas grades da Obediência: uma análise do discurso cristão destinado às mulheres presas em Chapecó”, foi realizada no Programa de Pós-Graduação, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3248>.

dimensões, é fundamental situar o modelo de conduta mariano proposto pela PCr como parte de discussões amplas sobre a dignidade e os direitos humanos das mulheres presas. Esse dispositivo discursivo também convoca reflexões sobre a definição de minorias e vulnerabilidades, as desigualdades sociais, as políticas sobre o corpo e as relações entre escravidão, gênero, trabalho e os diversos racismos historicamente constituídos no Brasil. Em todos esses campos, observa-se a presença — muitas vezes decisiva — das igrejas cristãs, sobretudo a Católica².

Para analisar a relevância do discurso cristão no contexto da prisão feminina, empregamos a noção de rarefação discursiva (Foucault, 2007). Esta nos permite entender três aspectos fundamentais: a) as restritas possibilidades de visitação das mulheres, já que a ala feminina não possuía espaço para celebrações e estava anexada improvisadamente ao presídio masculino; b) porque apenas a Igreja Católica realizava visitas com alguma assiduidade; c) a singularidade das visitas que ocorriam em condições extremamente restritas — as presas se agrupavam em frente às portas de metal das celas, enquanto as agentes pastorais ficavam do lado de fora, com os rostos próximos às portinholas para serem vistas e ouvidas. A celebração de Dia das Mães, em maio de 2018, foi a única exceção a esse formato, intensificando a compreensão de uma rarefação discursiva na emergência de um discurso cristão humanizador das mulheres encarceradas.

Para esta pesquisa partimos das interpretações das 06 visitas³ da PCr realizadas no ano de 2018 e de 16 entrevistas realizadas com celebrantes e internas. Trabalhamos esse *corpus* como acontecimentos discursivos singulares, junto ao livro *Maria e as Marias nos Cárceres: mulher atrás das grades* (PCr, 2018), que permitem compreender a regularidade da presença da figura de Maria no discurso cristão no cárcere de Chapecó-SC. Esse livro reforça a delimitação do corpus, pois evidencia as

² Segundo dados divulgados em junho de 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), católicos e evangélicos somavam, em 2022, quase 150 milhões de pessoas. Embora o catolicismo tenha deixado de ser a religião de cerca de 5 milhões de brasileiros nos últimos 12 anos, essas vertentes ainda representam 83,6% da população. Mesmo que seus posicionamentos não sejam homogêneos, as manifestações dessas instituições religiosas disputam, historicamente, a tutela sobre os modos de vida no país e, como demonstramos neste trabalho, exercem um papel ainda mais normativo na experiência das mulheres encarceradas.

³ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul, CAAE: 83427318.0.0000.5564. Foram transcritos os áudio captados na ala feminina do Presídio Regional de Chapecó (SC) nos dias 11/05/2018, 30/06/2018, 14/07/2018, 08/09/2018, 13/10/2018 e 03/11/2018 e de 16 entrevistas realizadas nos dias 17 e 24 de outubro de 2018 e 22/02/2019.

práticas cristãs que objetivam e subjetivam as mulheres presas, apresentando-as como sujeitos de uma verdade cristã.

Com base nessa fundamentação, na seção seguinte, detalhamos o dispositivo de análise das materialidades linguístico-discursivas, com base nas noções de enunciado, enunciação e acontecimento enunciativo. Em seguida, aprofundamos a análise das Sequências Discursivas (SDs) captadas durante as visitas da PC. Por fim, apresentamos uma síntese dos principais resultados da análise.

2. Enunciação: discurso e verdade

Para investigar como o discurso cristão opera na constituição de subjetividades femininas em contexto prisional, mobilizamos a Análise de Discurso (AD) em sua vertente arqueogenealógica, porque propõe a análise dos modos de constituição dos saberes e das verdades, observando os efeitos de poder e os processos de subjetivação implicados em práticas discursivas. Como ponto de partida, é necessário retomar as noções de **enunciado** e **enunciação**, fundamentais para compreendermos os modos de funcionamento da linguagem nos espaços discursivos analisados.

Benveniste (2008) define o enunciado como uma unidade de linguagem identificável, que pode variar de uma palavra isolada a segmentos textuais mais extensos. No contexto das visitas religiosas da Pastoral Carcerária (PCr) ao presídio feminino de Chapecó, por exemplo, observamos a seguinte troca discursiva: o “Amém?” enunciado pela agente pastoral, e o “Amém” respondido pelas mulheres presas. Apesar da semelhança lexical e semântica, trata-se de enunciados distintos, proferidos por sujeitos diferentes e em posições enunciativas específicas. Essa distinção ilustra como a posição de quem fala – e de quem é interpelado – condiciona os efeitos de sentido produzidos.

A fim de aprofundar essa análise, mobilizamos as noções de embreagem e debreagem enunciativas conforme desenvolvidas por Fiorin (1996), que contribuem para a compreensão dos marcadores de pessoa, tempo e espaço que configuram o lugar enunciativo. Toda enunciação é situada: é sempre proferida por um sujeito em uma posição determinada, em um tempo e espaço específicos, que afetam diretamente a constituição dos sentidos. A embreagem define, portanto, a inscrição do sujeito na

enunciação, enquanto a debreagem permite seu deslocamento para posições outras – espaciais, temporais ou de pessoa – produzindo efeitos discursivos estratégicos.

Para ilustrar esses movimentos enunciativos, analisamos a seguinte Sequência Discursiva (SD1)⁴, retirada de uma visita religiosa realizada no presídio feminino de Chapecó:

SD1: Já que vocês tão **aí** confinadas, **ali** né... tem que viver na fraternidade. Porque quando **a gente** vive em harmonia as coisas favorecem **a gente**. [...] Pra **ficarem** firmes, fiéis, na oração, no amor, né! (Tiago⁵, visita no dia 08 de setembro de 2018, grifo nosso).

Nesse recorte, a agente pastoral está fisicamente na galeria da ala feminina, com as mãos dentro das celas, mas recorre aos dêiticos “aí” e “ali” para se referir ao espaço prisional. Em vez de dizer “aqui” – que indicaria uma partilha do mesmo espaço com as presas – o uso de “aí” instaura simbolicamente um distanciamento da condição de enclausuramento. Trata-se de uma debreagem espacial que reforça a separação entre “quem anuncia” e “quem deve ouvir”, mesmo diante da proximidade física.

No entanto, essa separação é atenuada por uma embreagem actancial: ao dizer “a gente vive em harmonia”, a agente se reinscreve na cena discursiva. A escolha pelo pronome “vocês” e a forma verbal “ficarem” reforçam a distância; por outro lado, a inclusão de “a gente” sugere uma adesão compartilhada a um ideal de harmonia cristã, que se apresenta como horizonte de conduta tanto para presas quanto para agentes da PCr. Esses deslocamentos enunciativos não são neutros: operam dentro de um regime de verdade cristão, que legitima certos modos de ser e de agir.

Ainda, a escassez de enunciados produzidos pelas próprias mulheres durante as celebrações, somada à predominância das formulações emitidas pelas agentes religiosas, também indicam um quadro de rarefação discursiva (Foucault, 2007). Essa rarefação nas enunciações também condicionam os modos de constituição de suas subjetividades. Embora nem todas as mulheres manifestem adesão ao discurso cristão,

⁴ Utilizamos a noção de Sequência Discursiva (SD) para sinalizar que baseamos nossa metodologia na seleção de materialidades propriamente linguísticas, identificadas diante de condições de produção de um discurso em específico. Courtine (2014, p. 54) descreve essa seleção como uma “[...] a operação de extração [que] consiste primeiramente em delimitar um campo discursivo de referência [...]”.

⁵ A fim de resguardar a anomia de cada participantes utilizamos nomes fictícios.

a ausência de enunciações contrárias em contextos celebrativos sinaliza sua força hegemônica no interior das visitas religiosas.

Tais práticas de enunciação devem ser compreendidas como acontecimentos discursivos porque não são manifestações linguísticas isoladas, mas eventos históricos que organizam saberes, práticas e modos de ser. O acontecimento não é redutível à fala, mas à emergência de um dizer que regula, ordena e institui verdades. Assim, é nesse nível que se articula o discurso da PCr como prática que não apenas comunica, mas institui sentidos que constituem as mulheres presas como críveis e passíveis de salvação por meio da fé, da obediência e do sofrimento.

2.1 O dispositivo cristão e a constituição da verdade

A análise da presença cristã no presídio requer compreender como determinadas práticas e saberes se organizam para constituir sujeitos e regular condutas a partir de um regime de verdade específico. Nesse contexto, o conceito de dispositivo, conforme delineado por Foucault (2008), é central: ele designa o conjunto heterogêneo de práticas, discursos, instituições, leis, normas e saberes - regime de verdade - que produz efeitos de poder e constitui formas de vida.

Ao observarmos o funcionamento do discurso cristão nas visitas da PCr, podemos reconhecer um dispositivo religioso que estrutura as formas de subjetivação das mulheres presas. Mais do que um conjunto doutrinário, opera material e simbolicamente: ele regula os modos de dizer, crer, sofrer e se redimir. Assim, a pergunta orientadora desta seção é: a partir de que elementos se formula o dispositivo cristão que incide sobre as mulheres presas em Chapecó?

A resposta a essa indagação exige um duplo movimento analítico. Por um lado, é necessário mapear as materialidades envolvidas – práticas religiosas, normativas institucionais, suportes textuais, espaços físicos. Por outro, é preciso atentar aos efeitos de verdade que essas materialidades produzem.

Foucault (2007) propõe que os discursos enunciados são monumentos: são inscrições que, ao serem reiteradas, operam como marcas históricas e organizam formas de ver e viver o presente. Nesse sentido, uma capela dentro de um presídio, ou

mesmo a ausência do cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) que determina a existência de espaços religiosos neutros, constituem-se como materialidades discursivas: expressam um regime de verdade centrado no cristianismo.

A própria existência de unidades prisionais femininas, institucionalizadas no Brasil apenas a partir da década de 1940 (Borges, 2017), carrega em si uma historicidade marcada por vínculos diretos com a Igreja Católica. Como analisa Angotti (2011), as primeiras penitenciárias voltadas ao encarceramento feminino estavam sob responsabilidade de ordens religiosas, como a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers. Tais instituições promoviam uma prática moralizante, direcionada à maternidade e à educação doméstica, reafirmando padrões de conduta cristãos. Antes disso, as mulheres presas eram raramente documentadas e, quando o eram, apareciam em condições deploráveis de prostituição e exploração em celas masculinas, mesmo sem haver processos judiciais.

Essa herança histórico-discursiva também está presente no presídio de Chapecó. As mulheres, que raramente apareciam nos arquivos policiais⁶ — mas quando visíveis, eram retratadas sob estigmas como prostituição e curandeirismo — passam a ser construídas discursivamente como desviantes que necessitam de redenção. Os registros indicam a presença de mulheres em boletins de ocorrência

⁶ Durante o primeiro semestre de 2019, quando procuramos arquivos sobre a prisão feminina de Chapecó nos foi disponibilizado, pelo Museu Público Municipal de Chapecó, os registros de Boletins de Ocorrência da Comarca de Chapecó. Tratava-se de documentos que ainda iriam passar por tratamento museológico, correspondente aos períodos de 1958 até 1963 e de 1972 até 1975 (os registros de boa parte do período da Ditadura Militar de 64 não estavam disponíveis), nos quais identificamos o aparecimento repetitivo do nome de algumas mulheres, chamadas geralmente de meretrizes, acusadas de roubo, de falar alto e xingar pessoas nas ruas sob efeito de álcool e até mesmo acusadas pela própria atividade de prostituição. Estes documentos foram uma das únicas pistas sobre a relação mulher-punição em Chapecó no século XX, sendo importantes para mensurar a raridade de documentos que tratam da existência de mulheres na prisão. Transcrevemos um destes Boletins Ocorrência devido sua singularidade: *“Ocorrência nº144/1974. Causa: suicídio. Vítima e indiciada: O. R. S. Aos sete dias do mês de dezembro de 1974, nesta D.P.C. Chapecó, no estado de Santa Catarina, perante eu, R. J. S, agente de polícia, compareceu o Senhor B. Z., brasileiro, casado, residente no Aeroporto, profissão ferreiro, queixando-se que no dia 01 de dezembro de 1974, por volta das 3 horas da manhã sua filha de nome, O.R. S. quando vinha do baile do chopp de Itaberaba. Chegando em casa, pegou um revólver calibre 32 marca tanque de nº 22116, modelo 1963, de fabricação nacional, cano curto, cabo massa branca, cor oxidado e atirou-se, morrendo instantaneamente com um tiro à queima roupa. O queixoso apresentou a R. J. S, agente de polícia, que a registrei.”* A inclusão dessa coleta de materiais se deu porque o Presídio Regional de Chapecó somente passou a integrar o Complexo Penitenciário em 2013 e a inauguração da Penitenciária Feminina ocorreu somente no final de 2018. Além disso, a Pastoral Carcerária de Chapecó não possuía documentação de seu trabalho, provavelmente iniciado por volta de 1997. Condições que criaram lacunas cronológicas na história das mulheres presas em Chapecó.

desde a década de 1950. No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem a prisão efetiva em unidades de detenção nesse período.

Ao examinar essas práticas religiosas como componentes de um dispositivo cristão de verdade, seguimos a orientação de que é o discurso – e não a identidade do sujeito – que institui os modos de ser possíveis. Como destacam Dreyfus e Rabinow (2010), o interesse do método arqueogenealógico não está em descrever formações discursivas apenas em termos de conteúdo, mas em compreender como determinadas enunciações se estabilizam e passam a funcionar como verdades legítimas em determinado contexto histórico.

Esse dispositivo religioso é sustentado não apenas por tradições culturais, mas por um amplo arcabouço jurídico-normativo. A Lei de Execução Penal (LEP, 1984), assegura o direito ao culto nas unidades prisionais, e a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, garante a liberdade religiosa. O inciso VII do mesmo artigo também determina que é inviolável o exercício das crenças religiosas, inclusive em espaços de privação de liberdade. Tais garantias são reforçadas por acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), internalizada pelo Decreto nº 4.377/2002.

Paradoxalmente, ainda que o Estado brasileiro se declare laico, as práticas religiosas que efetivamente se realizam nos presídios são quase exclusivamente cristãs. Isso revela o caráter seletivo da laicidade estatal, que favorece a circulação de determinados discursos em detrimento de outros, consolidando uma hegemonia cristã. É neste arcabouço que o Estado pôde se posicionar oficialmente contra as formas de discriminação da mulher e, ainda assim, ser um dos países em que mais se mata e expõe mulheres a pobreza. Uma situação imensamente mais grave para as mulheres negras e mais pobres do Brasil⁷.

⁷O Atlas da Violência (2018), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf, dispõe de quadros e análises comparativas tanto entre continentes e países como entre os estados e raça/cor, nos quais verifica-se o aumento da violência no mundo todo. Destas informações gostaríamos de destacar alguns pontos relevantes: as Américas constituem o grupo populacional que mais mata e morre, os homens negros e jovens brasileiros estão entre as maiores vítimas de homicídio no mundo, o feminicídio e o estupro passam a ser discutidos como formas de violência especificamente feminina, as mulheres catarinenses não-brancas tiveram o maior crescimento de homicídios (27,7%) entre 2015 e 2016.

Assim, o dispositivo cristão analisado aqui combina elementos jurídicos, institucionais, arquitetônicos e simbólicos, e regula tanto o modo de vida dentro do cárcere quanto os sentidos atribuídos à regeneração, ao sofrimento e à fé.

2.2 Cristianismo, cultura chapecoense e estrutura prisional

A compreensão da atuação da PCr no presídio feminino de Chapecó também exige a articulação do discurso cristão com a história local pois esses elementos se entrelaçam como dispositivo que sustenta determinadas imagens da mulher presa— imagens que não se restringem ao espaço prisional, mas reverberam na sociedade chapecoense como um todo.

Chapecó, urbanizada por um processo de colonização conduzido por interesses católicos, carrega uma herança cultural profundamente enraizada na moral cristã. Como evidencia Renk (2000), o papel da mulher chapecoense foi historicamente regulado por valores religiosos que associam o casamento⁸ ao êxito econômico e à estabilidade familiar. A moral sexual e o ideal de submissão feminina foram, assim, elementos centrais na construção simbólica das relações de gênero na região, reproduzidos tanto no espaço doméstico quanto na organização comunitária.

Radin aprofunda essa leitura da moralização ao analisar o processo de colonização na antiga “Xapecó⁹”, que enfatizava uma “COLONIZZAZIONE CATTOLICA” (2001, p. 158) como fundamento ideológico. A territorialização dos espaços, junto aos genocídios, ocorria mediante disputas entre católicos e protestantes, promovendo uma configuração social conservadora, marcada pela centralidade da família patriarcal e pela vida social organizada em torno da capela — mesmo quando por episódios de violência, como linchamentos coletivos (Hass, 2023). A cultura local,

⁸ No livro *Sociodicéia às Avestas* (2000), é elaborada a importância do casamento dentro de uma crítica e reflexão sobre as estruturas sociais, culturais e de gênero nas sociedades chapecoense no século XX. Arlete Renk examina como o casamento entre imigrantes em busca do aumento das posses e as manutenções culturais no contexto da colonização (sobretudo alemã e italiana) reforçou as hierarquias de classe, raça e gênero. O "casamento de colonas" pode ser interpretado como uma das relações sociais que refletem o processo de colonização pacificadora do Oeste catarinense, importante para compreender as dinâmicas familiares e de poder neste território.

⁹A cidade de Chapecó, foi uma das comarcas do antigo município denominado Xapecó, que recobria boa parte da porção oeste do estado de Santa Catarina na entrada do século XX e o processo colonizador e municipalizador alterou a grafia de Xapecó para Chapecó, na emancipação do município em 1917. A maioria das nomenclaturas dos municípios da região são provenientes de línguas nativas (que no caso de Xapeco/Chapecó trata-se de Kaingang) ou de figuras colonizadoras nomeadas pelo Estado.

portanto, conforma-se como um campo moral que opera tecnologias de governo da vida cotidiana — inclusive no contexto carcerário.

É sob esse pano de fundo que a PCr de Chapecó afirma que as mulheres presas estão em condições ainda menos dignas que os homens. A mulher presa é duplamente estigmatizada: por ter infringido a lei e por ter violado o modelo moral cristão de mulher. Como Agamben (2010) aponta, a vida biológica (zoé) passa a ser capturada pela governamentalidade para o centro das estratégias de poder. No caso das mulheres presas, essa biopolítica se manifesta na forma de uma governamentalidade que associa regeneração moral à adequação ao papel “tradicional” — cuidadora, submissa, devota.

A atuação da PCr nesse cenário é instrumento de conformação de condutas e valores, estabelecendo uma pedagogia moral que define o que significa “viver bem” mesmo no cárcere. A promoção de virtudes como obediência, fé, paciência e maternidade torna-se, nesse sentido, um caminho legítimo para a reconciliação com Deus e com a sociedade.

Essa lógica é ainda mais evidente diante das condições materiais em que vivem as mulheres presas em Chapecó. O presídio é um anexo adaptado do presídio masculino, o que evidencia a precariedade da estrutura física destinada às mulheres no sistema prisional brasileiro (DEPEN, 2017): mulheres são alojadas em espaços improvisados, com acesso limitado a atividades educacionais e laborais.

Essa precariedade, contudo, é frequentemente justificada ou compensada, discursivamente, pela imagem de que os espaços femininos são mais organizados, limpos e “familiares” — reforçando, mais uma vez, os estereótipos de gênero que associam a mulher ao cuidado e à domesticidade.

O livro *Prisioneiras*, de Dráuzio Varella (2017), corrobora essa percepção ao relatar práticas de ornamentação das celas com itens como tapetes, guardanapos e “jogos de quarto”, que configuram uma economia interna voltada à recriação do espaço doméstico. Essas práticas não são apenas estratégias de sobrevivência e criatividade doméstica, revelam a interpelação de uma lógica cultural que atribui à mulher o dever de manter a ordem doméstica mesmo na reclusão.

A intervenção da PCr deve ser lida como parte desse dispositivo. E as celebrações, os cânticos, os textos formativos e os modos de interação constituem um arquivo de enunciações que normatizam condutas e reforçam uma forma de vida compatível com os ideais cristãos de redenção e perdão.

Em síntese, o dispositivo cristão no presídio de Chapecó está imbricado em uma cultura regional historicamente cristã-conservadora, que associa a mulher à obediência e à maternidade. O discurso da PCr, portanto, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de humanização, também realiza a sujeição, moldando a vida a partir de um ideal mariano de conduta, que será objeto de análise aprofundada nas próximas seções.

3. A projeção da Virgem-Mãe: a Palavra da PCr

A partir dos elementos discutidos anteriormente — o dispositivo histórico e as relações de poder/saber no plano enunciativo —, passamos a analisar como essas mulheres são inscritas nas possibilidades de vida reconhecidas como humanas. Conforme destaca Fonseca (2003), os sujeitos se constituem em relação ao que é considerado como verdade, ou seja, “[...] pensando no sujeito como sujeito falante, produtivo e vivente, [a objetivação é] realizada por modos de investigação que procuravam obter algum estatuto de ciência; estudando a objetivação do sujeito enquanto dividido no interior de si próprio e perante os outros [...] (Fonseca, 2003, p. 21) ”.

Nesse contexto, a objetivação possui modos de penetrar no corpo e nas formas de vida humana. São nas técnicas políticas de cuidado da vida natural que se sobressaem as práticas totalitárias. O poder soberano decide a normalidade e a normatividade, tomando para si o monopólio da decisão última sobre as vidas (Agamben, 2010).

Essa ideia de demonstração objetivada do sujeito por práticas discursivas é o que deve certificar a unidade dos cristãos, como nesta SD abaixo, quando o padre, praticamente o único a falar durante toda a celebração do dia das mães, diz:

SD2: [...] Construir essa paz, mesmo aqui dentro vocês podem ser mensageiras da paz né... [...] Entre vocês que aqui trabalham, com os agentes e assim por diante né... tem que ser, tem que tentar manter esse diálogo [...] (Paulo, visita do dia 11 de maio de 2018).

Em suas palavras são aquelas que aceitam a Palavra de Deus, que são batizadas e vivem conforme as práticas cristãs, que precisam ser mensageiras da paz e responsáveis por manter o diálogo pacífico com todos os presentes. Ao dizer que “tem que ser, tem que manter esse diálogo”, enfatiza-se a internalização de um modo de vida. A internalização de um modo cristão para lidar com a prisão é apresentado, ou seja, é pela pacificação como crença interna, além da demonstração objetiva externa, que se pode merecer a salvação.

Jesus Cristo, que, por obediência aceitou ser condenado pacificamente como criminoso, exemplifica bem essa dupla relação reconciliadora entre a verdade da obediência cristã e o comportamento cristão diante da pena. Mas Maria, a virgem que se tornou mãe, aceitou uma missão impossível de maternidade, demarcando um arcabouço da obediência irrestrita da mulher cristã presa.

Entendemos, então, que se trata de uma forma de governo que vai além da autoridade, é um poder exercido sobre o corpo em função do que se concebe como alma. Essa obediência cristã pode ser vista como parte do que Foucault (2008) nomeia como poder pastoral, em que o discurso cristão guia os fiéis em sua vida cotidiana, internalizando uma regulamentação sobre cada aspecto da vida. Isso reflete na formação se sua subjetividade, que se torna um "agente" de seu próprio comportamento, não por coerção externa, mas por meio de um processo de auto-regulação. Precisa, para isso, lidar com sofrimento de forma pacífica, sem se exasperar (Candioto; Souza, 2012).

Chegamos, assim, ao ponto em que a injunção da aceitação deste modo de ser salva emerge como uma prática de subjetivação. Isso faz com que uma das únicas formas de serem livres das grades seja a oferecida pelo viés cristão, como pode ser visto neste outro enunciado proferido e cantado pelo padre, a SD3:

SD3: [...] E agora, nós queremos então cantar né... um canto que é o sonho de vocês e que é um sonho para nós também. [...] Ser cristão é ser libertador/Nascemos livres pra crescer na vida/Não pra ser pobres e viver na dor! [...] (Paulo, visita dia 11 de maio de 2018).

O “*sonho de ser livre*”, então, só é possível pela fé na salvação, tornando o período de prisão como modo de expiação e condição de merecimento para ser salva. Na próxima SD, também encontramos nas entrevistas com as mulheres presas a reverberação desse sonho de ser livre pela obediência cristã:

SD4: Eu me reconciliei com Deus aqui, com minha família e vou para o lado bom assim que sair daqui... Eu era uma cristã perdida até entrar aqui [...] (Rosa, setembro de 2018).

De modo que o aprisionamento, para várias mulheres, pode estar servindo de reafirmação objetiva e subjetiva da liberdade na obediência à vontade do bem cristão, como uma aproximação do que se eleva como subjetividade das mulheres. Veja mais esta SD:

SD5: [...] *Que o Deus, ele que é Pai misericordioso, com o coração de mãe* [...] (Paulo, 11 de maio de 2018, grifo nosso).

Entendemos, então, a partir dessas SDs, que o coração de mãe mais próximo a esse modelo é o de Maria, atuando como um arquétipo continuamente atualizado, o que contribui na identificação de tramas que constroem imagens da mulher presa no olhar cristão-católico.

É exatamente essa habilidade maternal-familiar que nas visitas da PCr aparecem tomadas por jogos de verdade que vinculam ser humano-mulher em face do cristianismo. Como pode ser identificado mais explicitamente na SD6 enunciada pela agente leiga que integrava a PCr:

SD6: Então a gente vem pedir como você [está], como eu aqui dentro, **como mãe, como mulher, como esposa, né?! Como filha...** Todas as formas... Como eu, né?! Aí muitos podem dizer de repente assim: “– Mas ninguém tem nada a ver com a minha vida”. Pode ser que não eu aqui, mas quem tá lá em cima que sabe... (Sara, visita do dia 14 de julho de 2018, grifo nosso).

São os papéis familiares e domésticos que criam o elo forte da relação íntima dessas mulheres com Deus. Isto é, são as práticas delimitadas em um conjunto de funções que irradiam de uma concepção cristã do ser mulher dentro de um laço familiar (*mãe, mulher, esposa e filha*) que devem ser consideradas.

Esse conjunto de funções em comum entre as mulheres pode ser percebido nitidamente porque a celebrante também se insere nesse *ethos*¹⁰ feminino. Quando enuncia na SD6, “*Como eu aqui dentro [...]*” e “*como eu, né?!*”, realiza uma debreagem na enunciação em que a posição-sujeito da enunciativa se coloca junto das mulheres com quem fala. Essa substituição temporária delimita simultaneamente as possibilidades de reconhecimento da mulher como sujeito e fortalece a necessidade de entregar a Deus a verdade de como se sentem com relação às presumidas formas de ser mulher.

Então, se Deus sabe todas as verdades possíveis e se o conjunto de verdades apresentado no enunciado da SD6 remetem às mulheres ao contexto da instituição familiar, podemos compreender de modo mais significativo a SD5, na qual Deus é um pai que possui um coração de mãe, porque Deus conhece também o que é ser mãe. A figura de Maria, como a mãe escolhida por Ele, está, portanto, inseparavelmente submetida a Deus-Pai, aquele do qual advém todas as possibilidades de humana-mulher. Nesse sentido, a própria ideia de maternidade, se observada através de Maria, é uma inspiração e modelo dado diretamente pelo próprio Deus. De tal forma que possui plasticidade suficiente para atuar dos dois lados da portinhola de cada cela, sobre todas as mulheres.

Assim, ainda que comparações como essa não esgotam a complexidade da construção identitária das mulheres presas, o material empírico analisado revela a consolidação de um campo de enunciação em que o poder pastoral — conforme delineado por Foucault (2008) — se atualiza através da maternidade cristã como paradigma de conduta e redenção.

Esse movimento incide diretamente sobre os corpos e as subjetividades das internas, reconfigurando os modos de ser mulher sob a gramática da salvação cristã. Em outras palavras, a maternidade de Maria, concebida sem ato sexual e plenamente submissa à vontade divina, opera como arquétipo disciplinador, funcionando como modelo de subjetivação no interior do espaço prisional.

¹⁰ Elaboramos a noção de *ethos* (Foucault, 2004) como a manifestação da constituição da subjetividade pela maneira de agir. Isto é, um conjunto de práticas de si que cada sujeito realiza e que constitui sua subjetividade para si mesmo e no modo de se relacionar com o mundo.

Ao aceitar ser mãe sem questionamento ou desejo, Maria torna-se o referente de virtuosidade cujo valor não decorre da agência individual, mas da capacidade de abdicar-se em nome de um bem maior.

A divinização da maternidade — ancorada na imagem de Maria — constitui-se como forma legítima de reintegração moral e subjetiva. Ainda que essa idealização majoritariamente católica, não opere de maneira totalizante, sendo atravessado por outras matrizes, especialmente as cristãs evangélicas. Contudo, a centralidade da figura de Maria nas práticas da PCr indica sua potência como operadora discursiva que articula moralidade, gênero e salvação.

3.1 O discurso moral endereçado às mulheres cristãs

A figura de Maria não possui o mesmo status entre as diferentes vertentes do cristianismo. No entanto, é possível identificar, na Bíblia — enquanto elemento central compartilhado por católicos e evangélicos — a construção de arquétipos femininos que moldam um lugar em comum para a mulher na narrativa cristã. Propõe-se, portanto, a análise de alguns discursos recorrentes que colaboram na conformação da imagem das mulheres bíblicas.

Desde o início do Antigo Testamento, nota-se a assimetria na representação entre homens e mulheres. Em Gênesis, por exemplo, o único ser humano nomeado diretamente por Deus é Adão. Eva, embora apresentada como a primeira mulher, é descrita como a última criação divina, sendo nomeada por Adão — assim como os demais animais — por ser "carne de sua carne" (Bíblia, 2013). Sua desobediência, no entanto, transforma sua imagem: Eva passa a ser associada ao pecado original, ao lado da serpente, como figura inversa a da Virgem Maria. Em contraste, as demais mulheres do Antigo Testamento que recebem destaque são aquelas que se submetem com fervor à Palavra divina.

Com base nessa observação, propõe-se discutir dois principais vínculos de obediência atribuídos às mulheres bíblicas: primeiramente, a obediência a Deus, incondicional, manifestada pela submissão ou, alternativamente, pela experiência de

sua ira; e, em segundo lugar, a obediência ao homem, por meio do qual essas mulheres acessam o divino.

Em relação às mulheres do Antigo Testamento que não possuem vínculos diretos com maridos ou filhos, nota-se que sua centralidade se ancora na fé e na inspiração divina. São os exemplos de Judite e Ester que, ainda que atuem de forma estratégica e politicamente relevante, têm suas honras atreladas à fé e ao temor a Deus. A combinação — fé, temor divino e função intercessora — caracteriza o exercício de papéis com implicações políticas, mas que são realizados sob a ótica de uma função maternal simbólica: proteger e preservar a coletividade por meio do sacrifício pessoal. A maternidade, nesse contexto, extrapola a experiência biológica e se inscreve como uma prática espiritual de cuidado e mediação entre o humano e o divino — ser uma mulher de família.

Estabelece-se, assim, uma continuidade discursiva entre essas personagens femininas do Antigo Testamento, que se consolidam a partir de um *ethos* de obediência e graça. No entanto, essa lógica não se rompe no Novo Testamento: as mulheres continuam sendo apresentadas como intercessoras na realização da obra de Deus.

No Novo Testamento, a figura de Maria, mãe misericordiosa de Jesus, emerge como ponte simbólica entre as Escrituras antigas, que orientavam o povo hebreu, e as novas Escrituras, destinadas à universalização da mensagem cristã. Ao lado de seu Filho, participa da transição entre dois pactos e, ao fazê-lo, consolida esse modelo de conduta.

Outras figuras femininas, como as chamadas meretrizes, também ganham destaque como exemplos de fé e reverência aos desígnios divinos. Sua transformação espiritual é apresentada como expressão do amor regenerador de Deus, conforme exemplificado no episódio da mulher apanhada em adultério (João 8:3–11), no qual Jesus desafia os acusadores ao declarar: “Aquele que dentre vós está sem pecado, seja o primeiro que lhe atire pedra”. Tais mulheres, por se constituírem como exceções à norma social, reafirmam, justamente por meio da obediência e da fé, a possibilidade de acesso à Verdade.

Na narrativa da morte de Cristo, contudo, a presença de Maria adquire uma profundidade simbólica singular. Sua impotência diante da crucificação é resignificada

como expressão máxima de fé e obediência: ela acolhe o sofrimento como cumprimento dos desígnios divinos. Essa entrega se concretiza de forma emblemática na cena em que Jesus, na cruz, entrega sua mãe ao discípulo João: “Mulher, eis aí o teu filho”, e a ele: “Eis aí tua mãe” (João 19:27). Nesse gesto, Maria assume uma tríplice obediência — ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo — que consolida sua imagem como paradigma da fé cristã.

Este arcabouço simbólico permite compreender Maria como um ícone global relevante, por representar uma obediência produtiva, isto é, geradora de filhos e ações vinculadas à missão divina, e essa produtividade é comum aos discursos católico e evangélico.

3.2 Maria e as Marias nos cárceres

É nesse contexto que a PCr estrutura sua abordagem teológica sobre a mulher presa, ao intitular um de seus principais documentos formativos como: *Maria e as Marias nos cárceres: mulher atrás das grades* (2018). O título do manual formativo deixa explícita a associação da figura de Maria àquelas mulheres presas, como também pode ser destacado no enunciado SD7:

SD7: [como a] presença de mãe e mulher nestas flageladas, presença de esperança, de amor e de transformação” (Pastoral Carcerária, 2018, p. 15).

Maria é, assim, invocada como figura materna e redentora no interior do espaço prisional, espelhando-se nas mulheres encarceradas, chamadas de “flageladas” e colocadas como receptoras da graça da transformação espiritual.

A analogia é direta: se Maria, mesmo diante do sofrimento extremo, permaneceu fiel ao desígnio divino, as mulheres presas são também chamadas à transformação por meio da fé. A colagem discursiva operada pela PCr não é sutil — ao contrário, enfática. O ethos da obediência, da abnegação e da maternidade espiritual se torna, portanto, o canal de acesso à salvação

Essa relação simbólica não se limita à dimensão espiritual; ela é matizada por uma abordagem empírica e estatística que busca fundamentar a urgência do cuidado pastoral com mulheres presas. A SD8 explicita isso ao recorrer a dados oficiais:

SD8: [...] os serviços, os locais e as formas como as mulheres alojadas e tratadas, quase sempre em condições inferiores aos dos homens encarcerados. [...] houve um aumento de 567% no número absoluto de mulheres presas. [...] Delas, 61% são negras, 58% são analfabetas e 90% mães que atualmente representam 7% da população carcerária brasileira” (Pastoral Carcerária, 2018, p. 7-8).

O discurso da PCr se apropria dos censos divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela CPI do Sistema Carcerário para resgatar a urgência na atenção às mulheres presas, em específico. O tratamento de dados estatísticos, balizados por preocupações de formação pedagógica para a atuação da PCr, articula-se argumentativamente com a figura de Maria de Nazaré e as mulheres presas.

O objetivo não é apenas a analogia, mas a legitimação da presença pastoral como instrumento de redenção. A SD9 sintetiza esse processo:

SD9: Estas Marias nos cárceres são, assim como Maria, obra-prima de Deus, mas são pisadas, surradas, violentadas nestas senzalas de grades; estão tristes, desesperadas, abandonadas, amarradas aos ferros frios das grades. São como esta mulher Maria de Nazaré, que fugiu, chorou, sofreu, mas amou (Pastoral Carcerária, 2018, p. 15-16, grifo nosso).

O tom é poético e catequético. A metáfora das “senzalas de grades” remete ao passado escravocrata brasileiro, atualizando sua violência no contexto do encarceramento em massa.

Se Maria é obra-prima de Deus mesmo diante da dor, também o são essas mulheres, que, embora estejam no limiar do sofrimento humano, como podemos perceber nas analogias à escravidão (*senzala de grades; amarradas aos ferros frios das grades*) e nas violências contra às mulheres (*pisadas, surradas, violentadas*), continuam a amar e a resistir.

A estratégia discursiva da PCr configura, portanto, um duplo movimento: por um lado, santifica o sofrimento prisional ao inscrevê-lo no plano espiritual; por outro, denuncia a violência sistemática sofrida por essas mulheres, convocando à ação pastoral transformadora.

É neste âmbito que se renova o mistério mariano, em uma leitura que, se não exatamente plural, é ao menos multifacetada. Maria é quem fica, mesmo “nos infernos dos cárceres” (Pastoral Carcerária, 2018, p. 17). É chamada a ser essa figura de

mulher que representa fortaleza no sofrimento e exemplo de testemunho de um amor obediente e sem limite.

Essa abordagem da PCr resgata também a primeira manifestação do poder trinitário. Ou seja, o Pai, o Filho e o Espírito Santo participam diretamente da vida de um ser humano - e esse ser humano é uma mulher. Maria foi escolhida por Deus, tocada pelo Espírito Santo, e tornou-se a mãe biológica de Jesus. É nesse espectro que a condição do ser mulher - como potência de materno - aparece circunscrita pela entrega total em resposta ao amor de Deus. Excepcionalmente, neste caso, a presença de Deus na vida de um ser humano é sacralizada justamente por sua humanidade, e mais ainda, pelo reconhecimento da inferioridade humana diante da vontade divina.

Trata-se, portanto, de um arquétipo de humanidade perfeita: ao aceitar uma concepção humanamente impossível e uma maternidade marcada pelo sofrimento, Maria reconhece a imperfeição humana como condição.

Em outras palavras, o “sim” infinitamente repetido de Maria à sua condição humana configura uma demonstração de fé nos mistérios divinos - uma fé que ignora a racionalidade. Tal gesto traça, em sua sacralização, a construção da ideia de salvação da humanidade por meio da aceitação totalmente obediente.

Neste contexto, a humanidade vivida pela mulher só poderia ser perfeita na imperfeição que abdica de si para se preencher da graça do Espírito Santo. Ou seja, se Deus, manifestado em Jesus, resgata a dignidade da mulher, não o faz ao tornar-se corpo em uma filha mulher, mas ao tornar uma mulher — portanto, humana — em mãe divina¹¹. Como é possível observar na SD9, as mulheres são descritas como obras-primas de Deus porque, no sofrimento materno, atingem a possibilidade de reconciliação com a obra de amor divino. Assim, Maria e as “Marias” nos cárceres são enfaticamente filhas do poder trinitário porque são reconhecidas como mães para, numa espécie de hipérbole, serem consideradas plenamente humanas.

¹¹ No livro "Mulher e Mito" de Georges Devereux (1990), a figura da Virgem Maria é abordada dentro do contexto mais amplo dos mitos que moldam as representações femininas. Devereux discute como Maria é vista como a mãe divina e, ao mesmo tempo, uma mediadora entre os seres humanos e Deus. Sua figura é central na construção do mito do feminino, sendo associada à ideia de pureza, proteção e força espiritual. Em suma, dentro do contexto cristão, reflete uma forma de divino feminino que possui características complexas: ao mesmo tempo é a mãe, a protetora e a intercessora, sendo um modelo que molda a identidade feminina em várias culturas cristãs.

Nesse modelo de conduta mariano, cabe destacar a SD10, proferida por um agente pastoral durante visita realizada em 30 de junho de 2019:

SD10: Deus te deu a voz para abençoar a tua família.abençoe a tua família! Porque se você abençoar a tua família, a bênção vai passar por você primeiro. Você é como um cano, porque você transmite pros outros passa primeiro em você. **Você não é a fonte que jorra a água viva, mas você é o encanamento que pode levar essa água da misericórdia de Jesus até os seus familiares.** Então, acredite, confie, levanta a tua mão direita em direção da tua família e vai proclamando: “- **Tem piedade da minha família, tem misericórdia de cada um deles. Porque eles, assim como eu, também tem pecados. Mas, eles precisam de ti Jesus, eles precisam de ti! Eles também têm traumas, eles também têm sofrimentos. Mas, eles também creem que existe um Deus que é Pai todo poderoso... Eles também tem defeitos Jesus, mas eles acreditam que tu morreu para a remissão dos seus pecados. Tem piedade de nós, Jesus.** Nós estamos limitados Senhor, nós não temos condições de visitá-los e muitas vezes eles também não tem condições. Mas tu pode nos visitar e visitar eles também. (Tiago, grifo nosso).

Nesse caso, a construção de um enunciado voltado diretamente à relação da mulher com a intercessão pelos pecados e sofrimentos de sua família chama atenção para a analogia utilizada: a mulher como “cano” que transmite o amor, a “água viva”¹². A imagem de Maria como representação dessa via de mediação entre o humano e o divino aproxima-se ainda mais do ideal de intercessora divinizada.

Se o celebrante solicita que as mulheres presas abençoe suas famílias, é porque compartilha com elas uma imagem de mulher cristã que assume a responsabilidade pelos seus. Ratifica-se, portanto, que sua própria salvação está vinculada à salvação de seus familiares - “*Você não é a fonte que jorra a água viva, mas você é o encanamento que pode levar essa água da misericórdia de Jesus até os seus familiares*”.

Essa formulação também pode ser percebida na SD11:

SD11: Te entrego essas filhas, tuas, Senhor. **Suas filhas mesmo atrás de uma parede. Dentro de uma cela. Mas, elas têm família Senhor.** Olhai com carinho por toda a sua vida. **Olha pelos filhos, pelo esposo, pelo pai, pela mãe...** Pelo trabalho. Por tudo aquilo Senhor, que tu já colocou nas mãos das

¹² Uma busca rápida na internet com o termo “água viva” no contexto cristão nos remete tanto a sites católicos como gospels, mas em ambas as situações se faz referência a passagens bíblicas (especialmente ao encontro de Jesus e a Samaritana no poço de Jacó). De maneira que, se atribuiu a metáfora da água viva a presença do poder do Espírito Santo em cada humano que tem sede. Neste site: <https://homilia.cancaonova.com/homilia/jesus-e-a-fonte-da-agua-viva/>, pode ser identificada a relação entre o poder divino como água da vida e a humanidade como sedenta.

tuas filhas. Coloca Senhor, a tua força e a tua esperança. E que Deus é... Deus é amor [...] (Sara, visita do dia 14 de julho de 2018, grifo nosso).

Ao tratá-las como mães - ou como responsáveis pela intercessão familiar -, amplia-se o papel da mulher diante dos pecados e traumas de seus familiares, tornando seus os problemas dos outros.

Maria, neste ângulo, cumpre tão bem o papel de transmissora (de "encanamento" da água viva) que pode ser diluída em todas as outras mulheres. A relação simbólica atua como peneira fina, capturando, por meio dos sentimentos e manifestações culturais da maternidade, a ação intercessora. Assim, tanto o celebrante carismático da PCr pode ocupar a voz das mulheres presas para dizer: "*Tem piedade de nós, Jesus*" (SD10), quanto a agente leiga pode se distanciar da condição de mulher e enunciar: "[...] mesmo atrás de uma parede. Dentro de uma cela. Mas, elas têm família, Senhor [...]" (SD8).

Dessa forma, gostaríamos de traçar um último comparativo entre os enunciados anteriores produzidos pela PCr e a circunscrição da mulher presa como objeto do trabalho da PCr. Para isso, retomamos os documentos formativos da própria instituição: o livro *Como fazer Pastoral Carcerária* (1995), que se dirige exclusivamente ao homem preso. O texto caracteriza os homens presos da seguinte maneira: "[...] muitos foram abandonados e excluídos mesmo antes do nascimento [...] são homens pobres, sem passado, presente e futuro..." (Pastoral Carcerária, 1995, p. 25-26). Trata-se, portanto, de homens sem família, desprovidos do vínculo materno que garantiria a possibilidade de passado, presente e, sobretudo, de futuro.

Esse comparativo é relevante porque, no discurso formativo da PCr, a mulher presa é marcada discursivamente apenas cerca de 20 anos depois - e não apenas como infratora oriunda de contextos de vulnerabilidade e abandono (como no caso de homens), mas como a mãe que falha.

Ao privilegiar a persona cristã de Maria, localizamos um exercício de poder tramado em uma rede quase imperceptível, justamente por ser subjetiva. Dito de outro modo, o governo das mulheres no discurso da PCr atua de forma sensível, individual e abrangente, criando uma posição sujeito compatível com o merecimento da salvação. Uma vez que, como Agamben (2010) argumenta, ainda que a forma de captura não

seja diretamente totalitária, o objetivo é sempre totalizante. É isto que compreendemos como mecanismos de subjetivação externos, isto é, que não são partes de um processo de consciência identitária sobre si, mas de uma internalização de um modo de ser.

Assim, tanto as visitas católicas realizadas no Presídio Regional de Chapecó quanto a forma como a PCr forma seus agentes apontam para a recente construção de uma leitura biopolítica¹³ da mulher encarcerada. Isso se explicita no método “Ver, Julgar e Agir” do guia *Maria e as Marias nos Cárceres: mulher atrás das grades* (Pastoral Carcerária, 2018), no qual a figura da mulher adquire um enfoque teológico-discursivo específico.

Historicamente, a prisão era pensada como um espaço masculino: “porque se não houver um homem é praticamente impossível um carcereiro deixar a equipe passar pelas grades” (Pastoral Carcerária, 1997, p. 9). Atualmente, a mulher aparece como uma posição-sujeito singular e como ponto sensível de atuação da também emergente Pastoral Carcerária Feminina. A mulher presa passa a ser vista como um símbolo, tanto no plano teológico quanto no contexto institucional, revelando formas específicas de governo dos sujeitos que delimitam o que é possível ser como mulher cristã no ambiente prisional.

Nesse sentido, enunciados como a SD12, demonstram sentidos vinculados a sentimentos como força e esperança - tratados como atributos biológicos e espirituais da mulher, capaz, por exemplo, de suportar as dores do parto e a distância dos filhos.

SD12: [...] Uma mulher sempre foi forte, nós sempre fomos fortes! Deus deu o sexto sentido pra nós, pra gente... Além dos cinco nós ganhamos mais um, que é de ser forte, aguentar mesmo e lutar pra que isso aconteça, tá bom?! (Priscila, visita do dia 13 de outubro de 2018, grifo nosso).

No caso das mulheres presas, portanto, a prisão torna-se, sob essa perspectiva, uma oportunidade singular para provar o valor da mulher enquanto figura escolhida por Deus.

¹³ Apesar de não tratarmos diretamente da noção de biopoder, a consideramos importante para compreender as aglutinações de exercícios de poder, que são capazes de se estabilizar através de técnicas sutis justificadas racionalmente. São formas de subjetivação que mobilizam questões como a proteção da vida humana, sob um cálculo do poder e relacionam diretamente com a noção de *ethos* (Foucault 2004, 2008).

4. Considerações finais

Neste artigo, buscamos compreender a atuação da PCr junto às mulheres presas a partir da constituição de uma imagem feminina pautada na aceitação do sofrimento como expressão de um amor dedicado, incansável e obediente - virtualizado pela figura de Maria. A construção da humanidade da mulher, nesse contexto, remete ao modelo afirmado por João Paulo II, “Em Maria, Eva redescobre qual a verdadeira dignidade da mulher, da humanidade feminina. Essa descoberta deve chegar continuamente ao coração de cada mulher e plasmar a sua vocação e vida” (João Paulo II, 1988, p. 13). Tal redescoberta gira em torno da aceitação da maternidade como missão divina, estabelecendo uma Nova (e eterna) Aliança entre o Deus monoteísta e masculinizado e a humanidade, a partir de uma mulher.

O que nos parece particularmente relevante neste estudo é que a mulher - tal como representada pela PCr - é mediada por sua relação com um outro a ser protegido ou salvo. Essa constante referência ao outro - que remete a materno - mesmo em contextos de conflito ou ausência, permite a renovação simbólica do “mistério mariano” como vivência de um amor incansável e redentor.

Nessa analogia, a mulher — assim como a Igreja — é chamada a observar a verdade de seu amor, obediência, paciência e força na fraqueza, sempre dependente de Cristo, mas também da manutenção da estrutura familiar. Portanto, no discurso da PCr, poucas pessoas parecem estar em posição tão limítrofe quanto à dignidade como aquelas em situação de prisão. Essa condição se torna extrema porque pior que não materno é ser uma mulher distante da responsabilidade maternal por ter sido um mau exemplo. No entanto, é justamente pelo sofrimento causado pela ruptura forçada com essas práticas (materno, cuidar, servir) que se torna possível, discursivamente, um resgate da dignidade cristã.

Contribuição de autoria

Autora 1: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Administração do Projeto; Redação – preparação do manuscrito original; Redação - revisão e edição.

Autor(a) 2: Supervisão; Redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira que possa ter influenciado a elaboração deste trabalho.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Os dados que fundamentam este estudo não estão disponíveis publicamente em razão de compromissos éticos assumidos com as participantes e instituições envolvidas, bem como por se tratarem de dados sensíveis e pessoas encarceradas, cuja divulgação pode implicar riscos de reidentificação, nos termos da legislação vigente.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2a edição, 2010.

ANGOTTI, B. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2012.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri, São Paulo: Pontes, 2005 [1966].

BÍBLIA, Português. **Bíblia sagrada**: edição pastoral. Tradução Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo (SP): Editora Paulus, 2013.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Dispõe sobre a execução penal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Decreto no 4.377, de 13 de Setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984** (2002). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 02 fev 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais no 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão no 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?**. Belo Horizonte- MG: Letramento: Justificando, 2018.

CANDIOTTO, Cesar; SOUZA, Pedro (orgs). **Foucault e o Cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DEPEN. **Departamento Penitenciário Nacional**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN mulheres, 2aed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2018.

DEVEREUX, G. **Mulher e mito**. Campinas: Papius, 1990

DREYFUS, Humbert L., RABINOW Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2a ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FAGUNDES, Gabriela Serena. **Nas grades da obediência**: Uma análise do discurso cristão destinado às mulheres presas em Chapecó. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3248>. Acesso em: 10 set. 2024.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FONSECA, Márcio A., **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ Editora PUC-SP, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1ª ed. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HASS, Mônica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó, 1950-1956. São Paulo: Livrologia, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país**. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta apostólica Mulieris dignitatem** (Sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do ano mariano). São Paulo: Paulinas, 1988. Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1988/documents/hf_jp-ii_apl_19880815_mulieris-dignitatem.html>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Maria e as Marias nos cárceres**: mulher atrás das grades, formação para agentes da pastoral carcerária, 1a ed., São Paulo: Paulus, 2018.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Como fazer pastoral carcerária**: formação para agentes da pastoral carcerária, 1a ed., São Paulo: Paulus, 1995.

RADIN, José Carlos. Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. In: HEINSFELD, Adelar (Org.). **A Região em Perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba (SC): Edições UNOESC, 2001. p. 139-170.

RENK, Arlete. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó (SC): Editora Grifos, 2000.

REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, Frédéric (Org.). **Foucault**: a coragem da verdade. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola Editorial, 2004, p. 67.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. 1a Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.